

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO (Normas Organizadas Cronologicamente)	12
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	36
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	38
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	111
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	126
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	154
▪ LINDB	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	183
▪ CÓDIGO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	188
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	194
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	299
▪ CÓDIGO COMERCIAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO COMERCIAL	322
CÓDIGO COMERCIAL – LEI N. 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	323
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO COMERCIAL	343
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	348
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	352
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	358
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	441
▪ CÓDIGO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	468
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	470
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	472
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	479
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	488
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	526
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	542
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	544
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	545
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	550
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	608
▪ CÓDIGO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	628

CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	630
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	658
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	662
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	664
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	711
▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	716
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI N. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	718
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	739
▪ CÓDIGO ELEITORAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	744
CÓDIGO ELEITORAL – LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	745
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	775
▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	778
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	779
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	793
▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	798
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	799
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	839
▪ CÓDIGO FLORESTAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	846
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	847
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	862
▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	866
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	870
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	874
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	952
▪ ESTATUTOS	
ESTATUTO DA TERRA – LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964	962
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	977
ESTATUTO DOS MILITARES – LEI Nº 6.880, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1980	981
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	996
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	1022
ESTATUTO DO TORCEDOR – LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003	1028
ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	1033
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	1040
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1045
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	1069
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	1074
ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	1079
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	1081

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	1084
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	1094
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	1096
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021	1110
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994	1112
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	1120
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	1135
RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	1135
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	1141
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	1144
▪ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	
LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	2258
▪ ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS – ESTATUTOS, LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E INTERNACIONAL	2408
▪ REGIMENTOS INTERNOS	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2418
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2439
▪ SÚMULAS	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ – TST – TSE – STM)	2466
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2487
SÚMULAS VINCULANTES	2487
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2489
SÚMULAS	2489
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2502
SÚMULAS	2502
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	2516
SÚMULAS	2516
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	2517
SÚMULAS	2517
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	2519
SÚMULAS	2519
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL	2535
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC	2536
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	2537
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1	2540
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2	2552
PRECEDENTES NORMATIVOS	2557
ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF – JORNADAS DE DIREITO CIVIL I A VIII	2560
ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF – JORNADAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL I E II	2573
ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF – JORNADAS DE DIREITO COMERCIAL I A III	2576
ENUNCIADOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – ANAMATRA I E II JORNADAS DE DIREITO DO TRABALHO	2579
I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO – ENUNCIADOS APROVADOS NA PLENÁRIA – 07/08/2020	2590
I JORNADA DE DIREITO E PROCESSO PENAL – ENUNCIADOS APROVADOS NA PLENÁRIA – 14/08/2020	2591

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Normas Organizadas Cronologicamente

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975	1302
<i>Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979	1341
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	1391
<i>Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estas recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	1404
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	1475
<i>Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993	1492
<i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	1507
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993	1541
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993	1549
<i>Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994	1549
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996	1609
<i>Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	1694
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999	1785
<i>Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1793
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1812
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	1817
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001	1819
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	1844
<i>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1878
<i>Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei.</i>	

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	2012
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	2038
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014	2059
<i>Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.....	2078
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	2085
<i>Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	2090
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 19 DE MAIO DE 2017	2127
<i>Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 162, DE 6 DE ABRIL DE 2018.....	2151
<i>Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 24 DE ABRIL DE 2019.....	2151
<i>Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 15 DE ABRIL DE 2020.....	2200
<i>Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020	2203
<i>Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.....	2214
<i>Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021	2216
<i>Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021	2218
<i>Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021	2251
<i>Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.</i>	
■ LEIS	
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.....	1169
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>	

LEI Nº 810, DE 6 DE SETEMBRO DE 1949	1170
<i>Define o ano civil.</i>	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1170
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	1171
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	1175
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	1175
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1177
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956	1177
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962	1177
<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	1178
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	1178
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	
LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964	1184
<i>Lei do Serviço Militar.</i>	
LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	1189
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964	1200
<i>Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1205
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965	1207
<i>Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.</i>	
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	1215
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965	1216
<i>Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.</i>	
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	1216
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.</i>	
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966	1230
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996	1230
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967	1230
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967	1246
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	1246
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968	1248
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970	1254
<i>Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971	1255
<i>Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.</i>	

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971	1255
<i>Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972	1266
<i>Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973	1268
<i>Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	1269
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974.....	1292
<i>Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974	1294
<i>Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974	1298
<i>Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974.....	1299
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974	1300
<i>Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	1303
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	1308
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977	1339
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979	1349
<i>Concede anistia e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	1350
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.....	1356
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981	1358
<i>Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981.....	1359
<i>Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1359
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981	1363
<i>Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.996, DE 7 DE JUNHO DE 1982	1364
<i>Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983	1365
<i>Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1365
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	1378
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985.....	1379
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985	1382
<i>Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	1383
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988	1385
<i>Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.....	1386
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1387
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989	1388
<i>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1388
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989	1390
<i>Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1390
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.....	1392
<i>Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	1395
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990	1395
<i>Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.....	1396
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	1407
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	1409
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....	1410
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1416
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	1432
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.....	1433
<i>Dispõe sobre a política agrícola.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991.....	1439
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	1439
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	1452
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991	1469
<i>Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	1469
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992.....	1476
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1477
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	1482
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992.....	1483
<i>Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.</i>	
LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992	1490
<i>Dispõe sobre a política nacional de salários.</i>	
LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992	1491
<i>Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993.....	1491
<i>Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.....	1496
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.....	1502
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993.....	1525
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	1525
<i>Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	1543
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994.....	1561
<i>Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1563
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1567
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>	
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994	1569
<i>Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.</i>	
LEI Nº 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995.....	1569
<i>Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....	1570
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.....	1574
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	1574
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995	1574
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.....	1579
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	1585
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	1590
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.....	1593
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	1595
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	1595
<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.....	1595
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	

LEI Nº 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996.....	1607
<i>Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1608
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	1615
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	1618
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.....	1628
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....	1631
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.447, DE 14 DE MARÇO DE 1997.....	1633
<i>Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.....	1641
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997.....	1641
<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.....	1642
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	
LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	1653
<i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	1656
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.....	1657
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.....	1674
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997.....	1675
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998.....	1678
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1679
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1685
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1685
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1686
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.....	1695
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	1699
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	1709
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998	1711
<i>Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</i>	
LEI Nº 9.676, DE 30 DE JUNHO DE 1998	1720
<i>Dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1720
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	1721
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1725
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999	1788
<i>Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	1788
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1789
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1792
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1792
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000.....	1793
<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1803
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000.....	1808
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000	1808
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.</i>	
LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000	1809
<i>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1809
<i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1811
<i>Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.....	1814
<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001.....	1815
<i>Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.....	1816
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1824
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001	1827
<i>Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	1828
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002	1829
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002	1837
<i>Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003	1848
<i>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003	1849
<i>Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003	1850
<i>Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003	1851
<i>Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004	1864
<i>Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004	1868
<i>Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.</i>	
LEI Nº 10.996, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004	1869
<i>Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.</i>	
LEI Nº 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1870
<i>Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1874
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1878
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1901
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1906
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006	1908
<i>Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1917
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1921
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1930
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1930
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	1932
<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.....	1935
<i>Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Ementa com redação dada pela Lei nº 14.026/2020)</i>	
LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007	1935
<i>Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007.....	1942
<i>Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.577, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007	1944
<i>Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.</i>	
LEI Nº 11.598, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007	1945
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1947
<i>Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.</i>	
LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1948
<i>Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.</i>	
LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008	1948
<i>Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008.....	1948
<i>Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008.....	1949
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008	1951
<i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008.....	1963
<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.....	1965
<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1966
<i>Regulamenta o inciso VII do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1968
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	1971
<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009	1971
<i>Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.</i>	
LEI Nº 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009	1971
<i>Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009	1972
<i>Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1972
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009	1974
<i>Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009	1974
<i>Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1975
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1975
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	1977
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010	1980
<i>Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.</i>	
LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	1980
<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010	1987
<i>Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
LEI Nº 12.353, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010	1987
<i>Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011	1988
<i>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1990
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1996
<i>Dispõe sobre o aviso-prévio e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1996
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	2001
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	2002
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	2014
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.....	2015
<i>Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	2018
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012	2031
<i>Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012.....	2032
<i>Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.</i>	
LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012.....	2032
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	2034
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012	2035
<i>Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.....	2035
<i>Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.</i>	
LEI Nº 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012	2036
<i>Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.</i>	
LEI Nº 12.761, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	2036
<i>Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013	2038
<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	2045
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	2045
<i>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	2045
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	2047
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	2049
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013	2053
<i>Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013	2053
<i>Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.....	2053
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.977, DE 20 DE MAIO DE 2014.....	2056
<i>Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	2058
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014	2058
<i>Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	2060
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	2069
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015*	2069
<i>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015	2072
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015	2078
<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	2082
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.152, DE 29 DE JULHO DE 2015	2084
<i>Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.v. CF/1988: arts. 7º, IV, 201, § 2º, 203, V, e 239, § 3º.</i>	
LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015	2086
<i>Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.</i>	
LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015	2086
<i>Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	2087
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015	2088
<i>Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE.</i>	
LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015	2091
<i>Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.</i>	
LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015	2091
<i>Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.</i>	
LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.....	2095
<i>Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	2098
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016.....	2099
<i>Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016.....	2100
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.294, DE 6 DE JUNHO DE 2016	2112
<i>Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	2112
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016.....	2113
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</i>	
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.....	2113
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	2116
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017	2125
<i>Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017	2127
<i>Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	2132
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	2132
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017	2139
<i>Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	2140
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	2142
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.506, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017	2151
<i>Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.529, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017	2151
<i>Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	2151
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
LEI Nº 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018	2151
<i>Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	2152
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
DECRETO Nº 9.492 DE 5 DE SETEMBRO DE 2018	2160
<i>Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.</i>	
LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	2160
<i>Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.</i>	
LEI Nº 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018	2160
<i>Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	2170
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	2173
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	2173
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019	2176
<i>Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	2187
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	2189
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019	2192
<i>Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia).</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	2193
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020	2194
<i>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	
LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020	2197
<i>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nºs 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</i>	
LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020	2200
<i>Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020	2205
<i>Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).</i>	
LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020	2208
<i>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.043, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	2212
<i>Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020	2215
<i>Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	2215
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021	2215
<i>Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.</i>	

LEI Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021	2219
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	2220
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021.....	2245
<i>Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</i>	
LEI Nº 14.215, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021	2248
<i>Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021	2248
<i>Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.</i>	
LEI Nº 14.217, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021	2249
<i>Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	2251
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022.....	2251
<i>Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	2251
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
■ DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	1147
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	1149
<i>Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939	1151
<i>Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940.....	1151
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1152
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	1155
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	1159
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	1159
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1219
<i>Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967	1232
<i>Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	1233
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1244
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	

DECRETO-LEI Nº 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968	1249
<i>Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 779, DE 21 DE AGOSTO DE 1969	1252
<i>Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.</i>	
DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	1253
<i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	1254
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975	1303
<i>Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987	1384
<i>Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.</i>	
▪ DECRETOS	
DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908.....	1144
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.</i>	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	1146
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933	1147
<i>Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972.....	1262
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993.....	1543
<i>Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.</i>	
DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997	1634
<i>Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999.....	1727
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002	1827
<i>Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006	1929
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1949
<i>Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.</i>	
DECRETO Nº 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1950
<i>Regulamenta a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008	1951
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.....	1979
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.....	2002
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	2025
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	

DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013.....	2037
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.</i>	
DECRETO Nº 8.145, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.....	2053
<i>Altera o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.</i>	
DECRETO Nº 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014.....	2058
<i>Regulamenta a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.</i>	
DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015.....	2074
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015.....	2078
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.</i>	
DECRETO Nº 8.616, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.....	2090
<i>Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016.....	2100
<i>Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</i>	
DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016.....	2110
<i>Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i>	
DECRETO Nº 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016.....	2110
<i>Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	2116
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.870, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016.....	2116
<i>Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.....	2118
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.....	2161
<i>O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 34, § 2º e § 3º, e no art. 35 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,</i>	
DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.....	2161
<i>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.....	2161
<i>Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.</i>	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.....	2174
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	2180
<i>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 10.025, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	2186
<i>Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do caput do art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.</i>	
DECRETO Nº 10.411 DE 30 DE JUNHO DE 2020.....	2206
<i>Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019</i>	

DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021	2206
<i>Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022	2206
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022	2206
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.</i>	
▪ DECRETOS-LEGISLATIVOS	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020	2197
<i>Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021	2400
<i>Approva o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	
▪ MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001	1825
<i>Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	1826
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
▪ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007	1940
<i>Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Res. CNJ 326/2020)</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008	1963
<i>Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013	2038
<i>Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.</i>	
▪ PROVIMENTOS	
PROVIMENTO CNJ Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014	2059
<i>Dispõe sobre o registro de união estável, no Livro "E", por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015	2086
<i>Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.</i>	
▪ INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
IN TST Nº 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016	2097
<i>Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018	2152
<i>Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.</i>	
▪ ATO TST	
ATO TST Nº 491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014	2068
<i>Aplicação da Lei 13.015/2014.</i>	
▪ DECLARAÇÃO UNIVERSAL	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	2282
▪ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	
DECRETO 18.871, DE 13 DE AGOSTO DE 1929	2258
<i>Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana.</i>	

DECRETO 18.956, DE 22 DE OUTUBRO DE 1929.....	2270
<i>Promulga seis convenções de direito internacional público, aprovadas pela Sexta Conferência internacional americana.</i>	
DECRETO 19.841, DE 22 DE OUTUBRO DE 1945.....	2272
<i>Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.</i>	
CONVENÇÃO Nº 87/OIT.....	2272
<i>Liberdade sindical</i>	
CONVENÇÃO Nº 98/OIT.....	2272
<i>Princípios do direito de organização e de negociação coletiva</i>	
DECRETO Nº 57.595, DE 4 DE JANEIRO DE 1966.....	2284
DECRETO 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966.....	2291
<i>Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.</i>	
DECRETO N. 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967.....	2299
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
DECRETO Nº 64.362, DE 17 DE ABRIL DE 1969.....	2306
<i>Promulga o Tratado sobre Exploração e Uso do Espaço Cósmico.</i>	
DECRETO Nº 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991.....	2307
<i>Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul).</i>	
DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.....	2312
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 1.901, DE 9 DE MAIO DE 1996.....	2319
<i>Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 1.979, DE 9 DE AGOSTO DE 1996.....	2322
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado, concluída em Montevideú, Uruguai, em 8 de maio de 1979.</i>	
DECRETO Nº 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998.....	2323
<i>Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 2.742, DE 20 DE AGOSTO DE 1998.....	2325
<i>Promulga o Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente, assinado em Madri, em 4 de outubro de 1991.</i>	
DECRETO Nº 3.832, DE 1º DE JUNHO DE 2001.....	2336
<i>Promulga o Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na VII Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, de 9 a 31 de outubro de 1951.</i>	
DECRETO Nº 4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002.....	2337
<i>Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002.....	2339
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	
DECRETO 4.982, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004.....	2360
<i>Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.....	2365
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.....	2373
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.</i>	
DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.....	2375
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.</i>	
DECRETO Nº 7.156, DE 9 DE ABRIL DE 2010.....	2382
<i>Promulga o texto do Estatuto Emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, assinado em 30 de junho de 2005.</i>	
DECRETO Nº 8.501, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.....	2384
<i>Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961.</i>	
DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.....	2386
<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
DECRETO Nº 9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017.....	2387
<i>Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, firmada em Haia, em 18 de março de 1970.</i>	

ÍNDICE CRONOLÓGICO

DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.....	2390
<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 10.214, DE 30 DE JANEIRO DE 2020.....	2394
<i>Promulga o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, em 23 de agosto de 1978.</i>	
DECRETO Nº 10.215, DE 30 DE JANEIRO DE 2020.....	2399
<i>Promulga o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, de 19 de janeiro de 2007.</i>	

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ON-LINE

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

(Vigência: 1º de janeiro de 2015)

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

DECRETOS

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação

DECRETO Nº 6.523, DE 31 DE JULHO DE 2008

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal (Redação dada pelo Decreto 10.273/2020).

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Ementa com redação dada pelo Decreto nº 9.723/2019)

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Cotas para pessoas com deficiência.

DECRETO Nº 9.586, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

LEIS

LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994

Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.

LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

LEI Nº 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário.

LEI Nº 12.874, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

LEI Nº 13.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular

LEI Nº 13.446, DE 25 DE MAIO DE 2017

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Institui a Política Nacional de Prevenção da Aut mutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

ESTATUTO

ESTATUTO DOS REFUGIADOS – LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CNMP Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007
Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/9193, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

RESOLUÇÃO CNMP Nº 36, DE 6 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCONs e pelas demais unidades de conciliação, em procedimentos pré-processuais, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 354, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO CFOAB Nº 164, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015
Cria o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada e dá outras providências.

PROVIMENTO CFOAB Nº 166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a advocacia pro bono.

PROVIMENTO CFOAB 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as relações societárias entre sócios patrimoniais e de serviços, e o advogado associado previsto no art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

PROVIMENTO CFOAB Nº 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia.

PROVIMENTO CFOAB Nº 175, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a digitalização e guarda de autos de processos administrativos, disciplinares, de inscrição de advogados, estagiários e consultores em direito estrangeiro e de registro de atos de sociedades de advogados. (Redação dada pelo Provimento CFOAB 203/2021)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS TST

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos à SbdI-1 repetitivos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.

SÚMULAS

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS - STJ

SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (EXTINTO)